Fundação Getulio Vargas Veículo: Poder 360 - DF Data: 30/06/2022 **Tópico:** FGV Social Página: 19:55:57 Editoria: Notícias

30% da população recebia menos de R\$ 500 por mês em 2021, diz FGV Clique aqui para ver a notícia no site

Auxílio emergencial atenuou índice de pobreza, mas a interrupção do benefício fez o indicador subir novamente Dados do Mapa da Nova Pobreza, divulgados pela FGV Social (Fundação Getúlio Vargas Social), mostram que 29,6% da população brasileira tinha renda domiciliar per capita de até R\$ 497 mensais em 2021. O percentual corresponde a 62,9 milhões de pessoas, o maior valor desde o comeco da série histórica, iniciada em 2012, e representa aumento de 9.6 milhões em relação a 2019. Em entrevista à Agência Brasil, o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, disse que o cenário foi impactado por diversos problemas, como a pandemia, o que impactou o nível de ocupação no mercado de trabalho. O professor afirmou que o BEm (Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda) amorteceu parte do impacto, mesmo assim, houve queda significativa da ocupação, representando um choque nunca visto antes nas séries " A ocupação já voltou, a gente tem tido boas notícias de desemprego em queda, emprego formal em alta, já recuperando todas as perdas da pandemia. São excelentes notícias, mas elas acabam sendo dominadas, quando se computa tudo em ocupação e se leva em conta o salário das pessoas, a renda dos trabalhadores por conta própria e informais ", disse. " É verdade que teve uma recuperação de ocupação, desemprego já estava cedendo e continua cedendo em 22, só que a inflação alta acaba corroendo a renda das pessoas no mercado de trabalho ", afirmou. O professor citou o papel do auxílio emergencial. Segundo ele, o pagamento do auxílio, que em 9 meses foi equivalente a 9 anos de Bolsa Família, fez com que a pobreza caísse ao nível mínimo. Mas, com a interrupção do benefício, o indicador voltou a subir. Ele disse também que, na passagem do auxílio emergencial para o programa Auxílio Brasil, mais de 20 milhões de pessoas deixaram de ser incluídas. "Quem estava no programa teve um grande benefício, mas teve as pessoas que saíram e a pobreza reflete essa flutuação da política social, que é ruim para o bem-estar da população. Esse é o segundo grupo de efeitos", concluiu, completando que, com a adoção do Auxílio Brasil, no fim de 2021, a situação melhorou. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

O estudo também analisou a composição geográfica da pobreza para identificar os estoques e fluxos no território brasileiro. Santa Catarina foi a unidade da federação com a menor taxa de pobreza em 2021 (10,16%). Já a maior proporção de pobres estava no Maranhão (57,90%). Entre os 146 estratos espaciais segmentados na pesquisa, o litoral e a Baixada Maranhense foram os de maior pobreza em 2021 (72,59%). Em movimento contrário, o menor foi o município de Florianópolis (5,7%). Na avaliação por unidade da federação, de 2019 a 2021, o maior avanço da pobreza se deu em Pernambuco (8,14 ponto percentual), seguido de Rondônia (6.31 ponto percentual) e do Espírito Santo (5,92 ponto percentual). Conforme o estudo, as únicas quedas de pobreza no período foram observadas em Tocantins (0,95 ponto percentual) e Piauí (0,03 ponto percentual). PESQUISA

O foco do estudo é avaliar o nível e a evolução espacial da pobreza durante os últimos anos no Brasil, usando os microdados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua Anual, disponibilizados recentemente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Com informações da Agência Brasil.

